

WON-DO

na gestão da Confederação Brasileira é alvo de processo na Entidade barra participação de atletas filiados à Liga Nacional

JORGE GONTIJO/EM/D.A PRESS - 5/5/10

Tatame no tribunal

IVAN DRUMMOND

Mais uma vez um esporte olímpico está diante de um escândalo e novamente numa luta. Depois do judô, que teve os escândalos de Joaquim Mamede, afastado da Confederação Brasileira por malversação de dinheiro, e aqui em Minas Gerais o professor Antônio Costa, destituído da Federação Mineira, pelos mesmos motivos e mais formação de quadrilha, chega a vez do tae-kwon-do.

Tramitam na Justiça Civil do Rio acusações e investigações contra o atual presidente, Carlos Luiz Pinto Fernandes, além de uma briga de bastidores que culminou com o afastamento das Ligas Nacional e estaduais das competições nacionais, o que beira as raíais do absurdo, uma vez que o medalhista de ouro nos Jogos Pan-Americanos Rio'2007, Diogo Silva, era integrante da Liga Nacional. Ele é um dos atletas impedidos de competir e tentar a classificação para competições internacionais.

A briga começou com o afastamento do presidente da CBTKD, Jung Roul Kim. A partir daí, segundo a advogada da Liga Nacional, Débora Amaral, várias federações estaduais e as ligas regionais também foram desfiladas, trazendo o prejuízo para cerca de 60% dos atletas brasileiros, já que são filiados a ligas e não a federações.

No processo iniciado pela Liga Nacional existe ainda a acusação de que o atual Superintendente da CBTKD, Juliano Tomé Crapanzani, é o advogado de Carlos Fernandes e que os honorários que recebe seriam pagos com dinheiro federal, já que seu cargo na entidade é remunerado.

A Liga acusa Fernandes de não ter legitimidade para exercer a presidência da entidade, por ele ser condenado por crime doloso, no caso, artigo 129 do Código Penal Brasileiro, que versa sobre agressão. Além disso, pesa sobre o dirigente a acusação de declarações falsas, já que omitiu condenações e outras acusações. Uma série de outros documentos estão anexados, mostrando também irregularidades na eleição realizada no ano passado.

De acordo com esses documentos, sete federações que teriam participado do pleito estariam irregulares. São elas as federações paranaense, paraense, cearense, catarinense, maranhense, piauiense e fluminense, esta última, da qual Fernandes era presidente, mas teve de renunciar diante de irregularidades cometidas no pleito.

JULGAMENTO O processo agora está em tramitação na 20ª Vara Cível, tendo como relator o Desembargador Marco Antônio Hibráhim. Um total de 15 processos foram juntados num só e, de acordo com o relator, é preciso que seja dada uma decisão. Um agravo de instrumento cita que a CBTKD é entidade integrante do Sistema Brasileiro do Desporto, filiada ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), subsidiada com recursos deste, do Ministério dos Esportes, Petrobras e BNDES. A data do julgamento ainda não foi marcada. Na CBTKD, os dirigentes evitam comentar a disputa jurídica e limitam-se a garantir que não há qualquer proibição à participação de atletas filiados à Liga em competições nacionais, situação que não se confirma na realidade.

amaral, advogada da Liga, cerca de 60% dos atletas do país lutar para representar o país em campeonatos internacionais